

Financista americano não crê no êxito da proposta Bresser

Wilson Teixeira Soares
Coordenador de Economia

Escudado na crença de que significativa parcela da dívida assumida pelos países devedores jamais será paga, o ministro da Fazenda, Bresser Pereira, dá início, hoje, à definitiva rodada de negociações com o secretário do Tesouro norte-americano, James Baker, sobre o débito brasileiro com os bancos dos EUA. Sob o aparente signo do fracasso.

Essa, pelo menos, é a convicção da maioria dos financistas norte-americanos, para quem as contradições existentes nas propostas do governo Sarney inviabilizam um acordo mínimo. A não ser que o Ministro da Fazenda esteja apenas realizando um jogo de cena para consumo interno, mas dispondo de um plano reservado a ser apresentado nas conversas mais íntimas.

Band-aid

Após examinar a proposta que prevê a renegociação de metade dos débitos pelo sistema convencional e pela emissão de títulos emitidos pelo Banco Central com deságio de 30%, o vice-presidente da Whale Security, Stephen A. Blum, passou a apostar na impossibilidade de um acordo. E rotulou Bresser como um médico que deseja fazer uma cirurgia delicada utilizando-se de **band-aid**.

De acordo com o financista, a intenção do Governo brasileiro de conseguir o deságio sobre US\$ 35 bilhões é irrazoável. Simplesmente porque o ministro da Fazenda estará pedindo aos banqueiros para "jogar dinheiro pela janela". Além disso, se a tese viesse a ser aceita, os credores oficializariam, ao mesmo tempo, um desconto de 15% sobre US\$ 70 bilhões emprestados.

Assim como é irracional porpor aos banqueiros que concordem em perder dinheiro, segundo Stephen A. Blum, o plano de Bresser Pereira acena com o oferecimento de títulos para a conversão da dívida em investimentos internos, pro-

posta duvidosa para os credores. Pois caso concordasse com as metas brasileiras, além de perder dinheiro à vista estariam condicionados a investir no desconhecido. Sem previsão de retorno.

Outro ponto considerado comprometedor para o bom encaminhamento do plano elaborado pela área econômica do Governo diz respeito, de acordo com o vice-presidente da quarta mais importante corretora de **Wall Street**, às intenções brasileiras de deslocar os entendimentos em torno da dívida do âmbito do Governo, transferindo-a ao setor privado. Receita que os credores norte-americanos não estão dispostos, de maneira alguma, a aviar.

Juros

Na avaliação de Stephen A. Blum, parte das intenções do Governo brasileiro poderá ser aceita. Como a proposta de negociar US\$ 35 bilhões pelas regras tradicionais, através dos alongamentos dos prazos a taxas de juros de mercado. Razoável desejo brasileiro, condicionado, entretanto, à disposição do ministro da Fazenda de oficializar os bancos dos EUA como credores preferenciais.

Apesar de cultivar a impressão de que as negociações, se forem encaminhadas de maneira racional, desaguarão em uma fórmula alternativa, o financista advertiu para a possibilidade de Bresser ser rotulado pelos banqueiros como medíocre prestidigitador. Principalmente se a meta do Banco Central de converter tão-somente US\$ 1 bilhão por ano for definitiva.

Essa proposta do Banco Central para a conversão de US\$ 35 bilhões de dólares pulveriza as intenções do Governo brasileiro, pois, seria necessário o prazo de 35 anos para a absorção da dívida. E isto não é um investimento, é uma miragem, segundo o vice-presidente da Whale Security.

Manobra

Consciente de que o ministro da Fazenda está manobrando para

alterar o perfil da dívida, diminuindo seu total e alargando o prazo de repatriação dos recursos exportados para o Brasil, Stephen A. Blum admitiu existir uma alternativa para viabilizar o desconto de 30% e a retenção por 15 anos do dinheiro investido através da conversão.

Para tanto, projetou o financista, o Banco Central teria que reelaborar a cláusula segundo a qual o País não liberará dividendos durante cinco anos, com as remessas de lucros ocorrendo a partir do sexto ano, dentro do limite máximo de 20%. Afinal, pelos cálculos de Stephen A. Blum, admitida a fórmula brasileira os credores levariam mais de 50 anos para recuperar os investimentos, proposta inviável para os banqueiros.

Em vez de tentar impor seu ponto de vista, o Ministro da Fazenda, na opinião do financista, deveria procurar entender-se com os credores norte-americanos para encontrar um ponto de equilíbrio que permita ganhos de parte a parte, a fim de que o Brasil consiga obter novos recursos.

Recuperação

Assim como o Brasil está carente de dinheiro novo, os banqueiros gostariam de viabilizar um meio de recuperar uma parcela de seus investimentos. O que seria automaticamente possível se Bresser Pereira e seu assessor especial para dívida externa, Fernão Bracher, concordarem com a conversão anual de algo em torno de US\$ 3 bilhões.

Providências que, acopladas à redução do prazo de liberação dos dividendos sobre o principal e o serviço da dívida para três anos — a um limite de 10 —, possibilitariam o acordo do Governo brasileiro com os bancos credores, pois a partir da celebração de novos contratos com estas bases os banqueiros alimentariam a perspectiva de recuperar seus investimentos dentro de aproximadamente 12 anos.